

AMMP NOTÍCIAS



Câmara dos Deputados rejeita substitutivo da PEC 05/2021

Editorial

PEC 05/2021 mostrou MP unido

Caros associados,

A Associação, em conjunto com a CONAMP, entidades filiadas e FRENTAS, continua apresentando atuação institucional decisiva para conter proposições legislativas que afetam, sobremaneira, o ordenamento jurídico nacional que trata de conferir maior transparência e eficiência à administração pública, bem como nas prerrogativas e direitos da classe.

Nas últimas semanas, foi preciso focar na tramitação da PEC 05/2021, que busca atrofiar a atuação do MP brasileiro. Para tal, foi preciso mobilização ininterrupta em Brasília e em todo o país. A AMMP agradece a cada associado que contribuiu entrando em contato com parlamentares de suas regiões para apontar os impactos mais danosos da proposição. Leia mais nas páginas 3 e 4.

A AMMP seguirá acompanhando a tramitação de toda e qualquer proposição que afete o Ministério Público. Permançam atentos aos canais oficiais da Associação.

Suporte e informação

Internamente, a AMMP continua auxiliando os associados na decisão que envolve a escolha do regime de previdência. Neste mês realizamos mais uma transmissão informativa sobre o tema. Dessa vez, recebemos o Procurador da República Rodrigo Tenório, que apresentou a palestra: "É hora de migrar?". Confira na página 5.

Agenda de eventos retorna gradualmente

Neste mês, o setor de esportes da AMMP organizou mais encontros esportivos. Depois do beach tênis, kart e o Torneio de Futebol da Amizade, foi realizada a competição de tênis tradicional. Sigam os canais oficiais da AMMP para garantir as inscrições para os próximos eventos.

Diretoria AMMP

Sumário

Câmara dos Deputados rejeita a EC 05/2021.....	3
AMMP transmite palestra sobre a migração de regime de previdência.....	5
"Mar de Lama Nunca Mais é vencedor do Prêmio CNMP 2021".....	6
Em Dia.....	7
Iniciativa do MPMG e de entidades parceiras visam reeducação de autores de violência doméstica no Vale do Jequitinhonha.....	10
STF invalida lei cearense que limitava o orçamento do Ministério Público estadual para 2021.....	11
"A função de Promotor de Justiça permite que atuemos com independência em prol dos interesses da sociedade".....	12
Chá das 3.....	13
O câncer de mama.....	14
Esportes.....	15
Informe Comissão Eleitoral.....	16



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

1º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

2º vice-presidente:
Francisco Chaves Generoso

3º vice-presidente:
Fabrício Marques Ferrigini

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Vanessa Fusco Nogueira Simões

2º diretor administrativo:
Luz Maria Romanelli de Castro

1º diretor financeiro: José
Silvério Perdigão de Oliveira

2º diretor financeiro:
Júnia Barroso Oliveira Balsamão

Conselho Deliberativo | Capital
Antônio José Leal

Iraides de Oliveira Marques
Josélia de Almeida Santos
Luiz Alberto de Almeida
Magalhães

Marcos Viola de Carvalho
Patrícia Ribeiro de Oliveira
Reyvani Jabour Ribeiro

Conselho Deliberativo | Interior
Calixto Oliveira Souza

Fábio Soares Guimarães Filho
Valmira Alves Maia

Fernando de Abreu Mendes
Francisco Ângelo Silva Assis

Hélio Pedro Soares
Wagner Marteleto Filho

Conselho Fiscal
Décio Monteiro de Moraes

Epaminondas da Costa
Fernanda de Paula Silva

Flávia Mussi Bueno do Couto
João Paulo Fernandes
Júlia Matos Frossard

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Guilherme Reis

Repórteres

Damianny Coelho
Guilherme Reis

Diagramação
Guilherme Reis

Tiragem
700 exemplares

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

Câmara dos Deputados rejeita a PEC 05/2021



A Câmara dos Deputados rejeitou, no dia 20 de outubro, em sessão plenária, a PEC 05/2021 que alterava a composição do CNMP e feria a autonomia e independência funcional do Ministério Público brasileiro. A Mobilização da classe e sociedade civil foram determinantes. Como resultado, foram 297 votos favoráveis, 182 contra e 4 abstenções. O texto necessitava de 308 votos para ser aprovado.

Desde que a proposta de emenda constitucional foi liberada para votação em plenário, no início de outubro, a CONAMP e AMMP, ao lado das demais filiadas e associações parceiras, articularam uma grande mobilização nacional que foi fundamental para resguardar a capacidade de atuação de Promotores(as) e

Procuradores(as) de Justiça nas mais diversas áreas de atuação para a defesa da sociedade e que necessitam da autonomia funcional dos integrantes da instituição.

Tal mobilização institucional reverberou na sociedade civil, que também contribuiu em uníssono para demonstrar o descontentamento com o texto.

Após o término da sessão, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, enalteceu a vitória no Congresso. "A PEC 05 que arrancava o coração MP do brasileiro finalmente foi rejeitada. Trata-se de uma das grandes vitórias, desde a Constituição de 1988. Essa vitória se deve a cada um de vocês. Aqueles que fizeram contato com os parlamentares, que mobilizaram a sociedade civil e, em especial, aqueles

que tanto trabalham em prol da sociedade, que tanto honram e orgulham o Ministério Público brasileiro. Portanto, hoje (20 de outubro) é um dia de alegria, nós saímos mais fortes dessa batalha, conseguimos nos reaproximar da sociedade civil, da imprensa e estamos prontos para as batalhas que virão. Um agradecimento especial a cada uma das lideranças, aos presidentes de associações, ao Procuradores-Gerais, e, em especial, ao presidente da CONAMP, Manoel Murieta, e a presidente do CNPG, Ivana Cei. Avante!".

Por sua vez, o presidente da CONAMP, Manoel Murieta, ressaltou o papel da sociedade civil nas discussões sobre a proposição. "Os membros do

Ministério Público brasileiro agradecem à Câmara dos Deputados que rejeitou a PEC 05/21. Agradecemos todos os parlamentares que ouviram nossos argumentos e tiveram a confiança na nossa instituição. É importante também agradecer a sociedade civil que se engajou nesse debate, trouxe seus argumentos também para a casa do povo e ao final tivemos esse resultado de reconhecimento e de confiança. É muito importante dizer que esse resultado nos entusiasma de bem cumprir nosso papel constitucional definido em 1988. Assim o Ministério Público continuará forte da defesa da sociedade, da melhor maneira para o crescimento do Brasil."

A AMMP agradece a cada



parlamentar e liderança partidária que se engajou e votou para manter a higidez da atuação dos membros do Ministério Público, bem como a cada associado que buscou o diálogo com os parlamentares de suas regiões e às entidades da sociedade civil que apoiaram a independência do MP brasileiro.

Diretoria participou de ato em Brasília

A Diretoria da AMMP, como parte da mobilização contra a PEC 05/2021, participou de ato público em Brasília, no dia 19 de outubro, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Na ocasião, as entidades de classe do Ministério Público se uniram contra o enfraquecimento da Instituição e a favor da democracia.

Reunião definiu linha de atuação contra a PEC 05/2021

Em encontro híbrido realizado na sede da Procuradoria-Geral de

Justiça, no dia 13 de outubro, entre o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, a vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, o Procurador-chefe do Ministério Público Federal em Minas Gerais, Patrick Salgado, os Procuradores e Promotores de Justiça que compõem a Administração Superior do MPMG e cerca de 300 membros da instituição, foram apontados os principais retrocessos da PEC 05/2021 e discutidas formas de sensibilizar os parlamentares sobre os danos à independência do Ministério Público brasileiro.

Durante a reunião, o PGJ, Jarbas Soares Júnior, ressaltou que MP não pode ser punido pelo trabalho qualificado que executa. “Nesses 30 anos de constituição, o MP vem crescendo, se organizando e se estruturando para enfrentar os desvios do poder econômico e do poder político desvirtuado, muitas vezes, para a ação

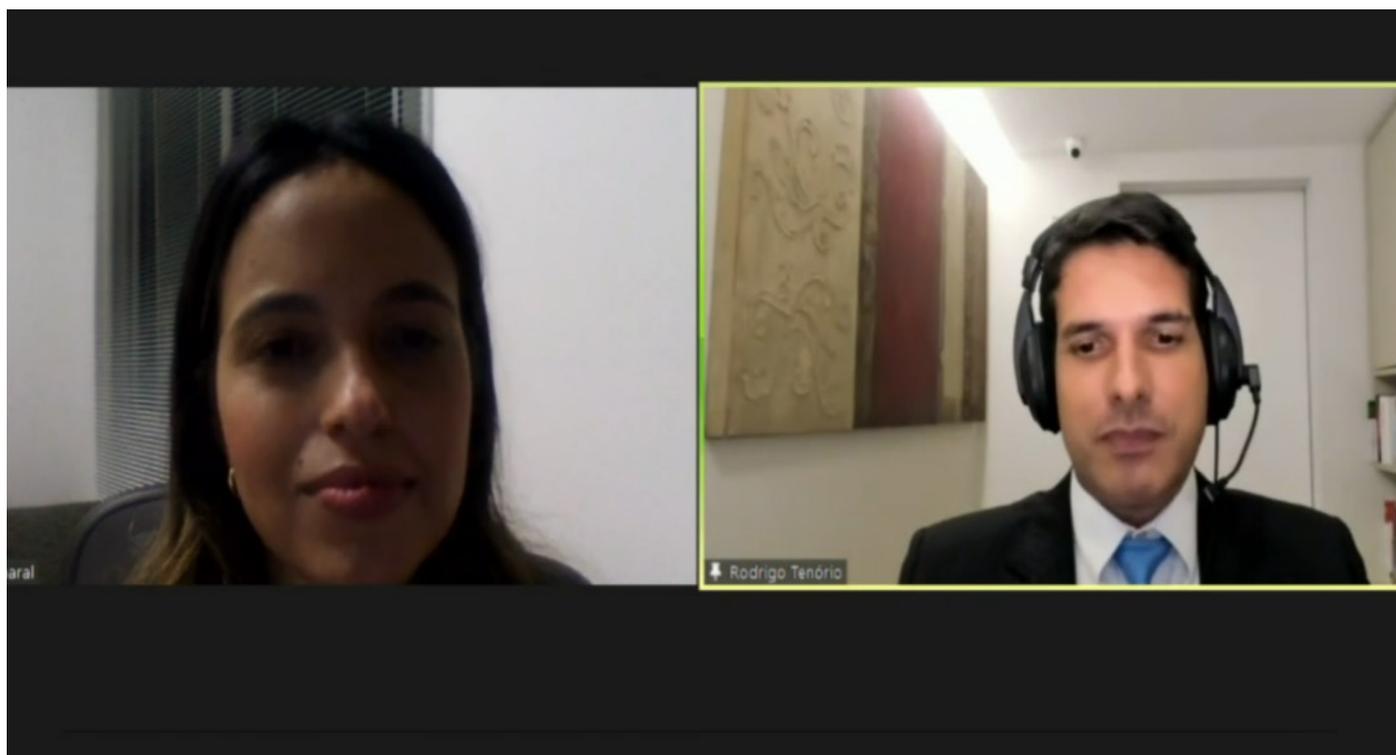
de grupos e de pessoas. Nós não aceitamos que essa independência conquistada duramente pelo povo brasileiro depois da ditadura possa ser afastada por um grupo de pessoas que não aceitam o bom funcionamento da democracia. A PEC 05/2021 é contra o Ministério Público, é contra a sociedade, é contra o combate à corrupção, é contra a defesa do patrimônio público, é contra as ações do meio ambiente, e contra nossa luta a favor dos direitos humanos, é contra a nossa luta a favor dos direitos do consumidor”.

Por sua vez, o Procurador-chefe do Ministério Público Federal em Minas Gerais, Patrick Salgado, fez registro sobre a desidratação das prerrogativas dos órgãos em todo o país. “Os parlamentares estão no exercício do Poder amparados e seguros na sua vida, na sua família e no seu ambiente. Porém, amanhã, eles poderão não estar mais tão seguros assim. Poderão estar na condição de vítima. E como vítimas, quem será a voz deles, desses cidadãos, quando oprimidos nos seus direitos fundamentais, no seu meio ambiente, na sua segurança, na sua vida, na sua liberdade? Quem será a voz dessa vítima se o Ministério Público deixar de existir? Para mim não é apenas uma reforma constitucional. É a destruição do Ministério Público. É exterminar o que nós temos de ideia de uma instituição independente

que grita pelos excluídos.”

Ao discursar, a vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, explicou que a PEC 05/2021 “afronta as garantias do cidadão”. “Quando a gente diz Ministério Público independente e autônomo, queremos dizer um Ministério Público livre de influência política e econômica. É o Promotor e o Procurador que vai atuar em cada comarca, independentemente de qualquer pressão, na defesa de valores nobres da sociedade, no combate ao crime organizado, contra o tráfico de drogas, contra a violência doméstica e punindo homicidas. São várias vertentes. É uma garantia de todo cidadão, inclusive do próprio político. Porque terá a garantia de um Ministério Público que vai atuar, não por vingança, não por revanchismo, mas com base nas provas, naquilo que for apurado de maneira extremamente livre. O Ministério Público já se sujeita a órgãos de controle. Tanto em âmbito local, por meio das suas corregedorias, quanto por meio do próprio Conselho Nacional do Ministério Público que, diga-se de passagem, vem apresentando com base em números, por meio de provas, que vem instaurando grande número de procedimentos administrativos contra membros, inclusive com punições em números superiores a outros órgãos similares”.

AMMP transmite palestra sobre a migração de regime de previdência



Foi transmitida, no dia 7 de outubro, na plataforma de cursos da AMMP, a palestra "Reforma da Previdência em MG: é hora de migrar?", com o Procurador da República Rodrigo Tenório. A vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, fez a abertura da transmissão.

Ao iniciar os trabalhos, a vice-presidente da AMMP destacou a importância das transmissões sobre a reforma da previdência para os associados.

Inicialmente Rodrigo Tenório apontou que a AMMP conquistou direitos importantes na aprovação do Regime Complementar de Previdência e regulamentação de

benefício especial. "Gostaria de parabenizar pela vitória legislativa imensa em conseguir incluir o benefício especial em julho. Não sei se comentei com vocês do quanto diferenciado foi o que vocês conseguiram inserir na legislação local em relação a outros estados da federação. De fato, o tema é muito complexo."

Durante a exposição, Rodrigo Tenório abordou:

- Reforma da previdência em Minas Gerais: A EC 104/2020 e LC156/2020. Principais alterações e regras de transição
- Perspectivas da previdência pública
- O regime de previdência complementar: n o r t e s

constitucionais e funcionamento. A LC 158/2021 e a LC 132/2018

- A decisão de migração de regime
- O benefício especial. Características. Cálculo, natureza jurídica e repercussão nos valores pagos na aposentadoria
- A pensão por morte e aposentadoria por incapacidade permanente de migrados e não migrados
- A tributação de migrados e não migrados da ativa e aposentados. Imposto de renda e contribuição previdenciária
- A PREVCOM-MG e a contrapartida do patrocinador: vale a pena aderir?

• Noções gerais dos planos de benefícios da PREVCOM. Governança. Legislação. O cálculo dos benefícios. As fórmulas utilizadas. Taxas. Resgate. Portabilidade. Comparação com outros investimentos. Vantagens e desvantagens

• Migrar ou não migrar de regime? Critérios de decisão. A necessidade de personalização da decisão

A palestra ficará disponível na plataforma de cursos da AMMP até as 19h do dia 6 de novembro. Para emitir o certificado, o associado deve assistir a, no mínimo, 80% do conteúdo.

Mar de Lama Nunca Mais é vencedor do Prêmio CNMP 2021



O CNMP promoveu, no dia 14 de outubro, a solenidade de premiação dos 27 projetos finalistas do Prêmio CNMP 2021. O Mar de Lama Nunca Mais venceu na categoria “Transversalidade dos Direitos Fundamentais”.

Ao todo, concorreram 535 iniciativas – todas cadastradas no Banco Nacional de Projetos. Foram selecionadas três em cada uma das seguintes categorias: investigação e inteligência; persecução cível e penal; integração e articulação; transversalidade dos direitos fundamentais; fiscalização de políticas e recursos públicos; diálogo com a sociedade; governança e gestão; sustentabilidade; e gestão documental e memória

institucional (categoria especial da edição 2021).

Defesa da sociedade

O *Mar de Lama Nunca Mais* criou um novo marco regulatório de iniciativa popular para a exploração mineral no Estado, tendo em vista o histórico de tragédias socioambientais.

O projeto de lei teve como premissas a proteção ambiental, rigor na fiscalização, processo de licenciamento trifásico para a instalação de barragens e instituição da caução ambiental, que obriga o empreendedor a garantir os custos da desativação das barragens e dos possíveis danos socioambientais e socioeconômicos que um desastre envolvendo tais estruturas possa ocasionar.

Campanha nas ruas

Para conseguir apoio e capilaridade popular à causa, o MPMG, apoiado pela AMMP, promoveu intensa campanha de conscientização e articulação social para a coleta de assinaturas de eleitores de 737 municípios.

Em janeiro de 2019, a AMMP realizou, junto ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente, Patrimônio Histórico Cultural, Habitação e Urbanismo (CAOMA), coletiva de imprensa na sede para debater a proposta.

Na ocasião, veículos de imprensa de projeção nacional e estadual compareceram ao ato. A iniciativa também foi

difundida durante o carnaval, quando foram planejadas mobilizações em parceria com os blocos de Belo Horizonte e Itabira.

Além do diálogo com outros Poderes do Estado e com a sociedade, o MPMG e a Associação participaram de audiência pública na Assembleia e acompanharam de perto a tramitação da proposição.

Reconhecimento

A AMMP parabeniza o presidente Enéias Xavier Gomes, o Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto e a Promotora de Justiça Andressa de Oliveira Lanchotti pela autoria da iniciativa e conquista do Prêmio CNMP 2021. *(Com informações CNMP)*

Diretoria participa de reunião da CONAMP



A Diretoria da AMMP participou, nos dias 30 de setembro e 20 de outubro, de reuniões do Conselho Deliberativo da CONAMP.

Nas ocasiões, foram debatidas pautas importantes que tramitam no Legislativo, como a Reforma Administrativa e a Lei de Improbidade Administrativa, além de assuntos internos de interesse da classe.

Nos dias 30/09 e 01/10, ocorreu, ainda, encontro conjunto do CNPG, da CONAMP, do CNMP e do MPRS, oportunidade em que os integrantes discutiram os rumos e o fortalecimento do Ministério Público brasileiro no evento: "O Ministério Público de uma nova era: reflexões e projeções".

Conexão AMMP com Leonardo Barreto



Nesta edição do Conexão AMMP, o jornalista Orion Teixeira entrevistou o Promotor de Justiça, escritor e professor Leonardo Barreto, que falou sobre suas publicações na

área voltadas para o MP e também para concursos públicos.

Para assistir, acesse o canal **AMMP MG** no YouTube

Diretoria visita AGE



No dia 28 de setembro, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, e a vice-presidente Larissa Rodrigues Amaral, visitaram o Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa,

para tratar de assuntos institucionais. Também esteve presente o chefe de gabinete da instituição, o procurador Tércio Drummond.

Nelson Rosenvald assume a Coordenadoria de Controle da Constitucionalidade do MPMG



A vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, prestigiou, no dia 29 de setembro, a posse do Procurador de Justiça Nelson Rosenvald no cargo de coordenador da

Coordenadoria de Controle da Constitucionalidade do Ministério Público de Minas Gerais. A solenidade ocorreu na Procuradoria.

A Diretoria parabeniza o associado e deseja êxito na nova função.

Diretoria participa de agendas da semana do MPMG



A Diretoria da AMMP acompanhou, entre os dias 13 e 16 de setembro, as atividades da semana do MPMG. Na edição deste ano, a instituição definiu como tema "O Ministério Público no contexto de inovação tecnológica".

Enéias Xavier Gomes e Larissa Rodrigues Amaral estiveram presentes na abertura do evento, no dia 13 de setembro. Na

ocasião, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi homenageada pelo apoio dado ao MP mineiro na aprovação da LC nº 163/2021, e foi representada por seu presidente, o deputado Agostinho Patrus.

O presidente da AMMP também representou a Associação na mesa de abertura do quarto dia de evento (16 de setembro).



TJMG homenageia ex-PGJ Antônio Sérgio Tonet



O 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o desembargador Newton Teixeira Carvalho, homenageou, no dia 16 de setembro, o Procurador de Justiça Antônio Sérgio Tonet. A honraria reconheceu os serviços prestados pelo ex-Procurador-Geral de Justiça e associado da AMMP em prol das políticas autocompositivas.

Na ocasião, o desembargador e coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Newton Teixeira Carvalho, destacou que Antônio Sérgio Tonet foi um "apoiador" de soluções autocompositivas. "O Dr. Tonet foi o chefe do MPMG na gestão anterior à atual. No ano passado, na XV Semana Nacional da Conciliação, realizada em novembro, ele foi indicado pelo Nupemec,

com mais quatro personalidades externas ao TJMG, a receber a placa Desembargador Herbert Carneiro. Ela é concedida a todos aqueles que prestam relevantes serviços às políticas autocompositivas e ele foi um dos grandes apoiadores, no Ministério Público, da busca de um consenso".

Por sua vez, Tonet apontou que o MP e o Judiciário atuam como parceiros. "Começamos a trabalhar já nos primeiros momentos após o rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, cobrando da empresa as responsabilidades criminais, cíveis, ambientais, e conseguimos chegar a essa conciliação. É um excelente resultado para a sociedade e de um modo geral dando exemplo na obtenção de acordos". (Com informações do TJMG)

Diretoria participa de reunião da CONAMP e ex-presidente da AMMP é designado assessor especial da presidência

A diretoria da AMMP, representada por Larissa Rodrigues Amaral e José Silvério Perdigão, participou, no dia 15 de setembro, de reunião do conselho deliberativo da CONAMP para tratar de assuntos institucionais. Na ocasião, o Procurador de Justiça, ex-PGJ

e ex-presidente da AMMP, Nedens Ulisses Freire Vieira, foi designado pela CONAMP para o exercício do cargo de assessor especial da presidência da entidade de classe nacional, agregando forças para o fortalecimento do MP brasileiro.



Diretoria participa do encontro regional do MPMG no Sul de MG e Divinópolis

A Diretoria da AMMP visitou Varginha e Divinópolis para participar dos Encontros Regionais do MPMG.

No dia 22 de setembro, em Varginha, o presidente Enéias Xavier Gomes participou de reunião com a administração superior e associados.

Nos dias 21 e 22 de setembro, a Diretoria reuniu-se com associados de Poços de Caldas e de Pouso Alegre, oportunidade para rever e

ouvir os colegas, abordando assuntos institucionais.

No dia 19 de outubro, o Diretor Financeiro, José Silvério Perdigão, e o 2º. vice-presidente, Francisco Chaves Generoso, participaram do encontro em Divinópolis.

Em ambas as agendas, a Diretoria abordou os principais projetos legislativos em tramitação, dentre outros assuntos.



Iniciativa do MPMG e de entidades parceiras visam a reeducação de autores de violência doméstica no Vale do Jequitinhonha

Foto: MPMG



O Projeto Luana, que conta com a participação da Promotoria de Justiça de Novo Cruzeiro, da Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Faculdade Presidente Antônio Carlos e dos municípios de Novo Cruzeiro e Carai, visa conscientizar autores de violência doméstica por meio da realização de grupos reflexivos.

De acordo com a Promotoria de Justiça de Novo Cruzeiro, a iniciativa se faz necessária devido ao alto índice de feminicídios na região. A gravidade do tema também foi destacada em reunião de Integração da Gestão da Segurança Pública (Igesp), realizada em julho, no município. No encontro, a violência doméstica,

predecessora de feminicídios e estupro de vulneráveis, foi apontada como o principal problema de segurança pública da região.

Os participantes serão divididos em grupos de 20 homens e conduzidos ao processo de reflexão a partir de suas histórias e possibilidades de transformação.

O encaminhamento ao projeto será feito pelo Judiciário após constatação da prática de violência doméstica familiar contra a mulher e o pedido de medida protetiva de urgência formulado pela ofendida, conforme previsto no artigo 19 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Durante 10 sessões, dirigidas por profissionais capacitados, os participantes serão levados a refletir sobre o contexto que gerou a ação

judicial; a compreender os aspectos sociais, culturais e relacionais que impactam os modos de ser e agir de homens e mulheres na sociedade; a repensar formas de se comunicar e lidar com os conflitos nas relações; a atribuir um novo sentido à passagem pela justiça; e a iniciar ou aprofundar um processo de autorresponsabilização.

Onão comparecimento do participante aos encontros poderá resultar em prisão preventiva, conforme artigo 24-A da Lei Maria da Penha, conjugado com o artigo 313, inciso 3, do Código de Processo Penal.

O Promotor de Justiça da PJ de Novo Cruzeiro Caio César Ferreira explicou que, além das medidas de proteção à mulher, é preciso atuar junto ao agressor para reverter o contexto de violência. “Travamos uma discussão na comarca para definir esse tipo de crime, que é praticado no seio da família e, muitas vezes, quando chega ao conhecimento dos órgãos públicos, já é um caso grave. O caso Luana mesmo, a primeira notícia de violência doméstica foi um feminicídio com uma atrocidade muito grande. Já há grupos que trabalham as mulheres, só que sentimos a necessidade de trabalhar o agressor. De pouco adianta

trabalhar só com a mulher. Há uma dependência econômica muito grande e um machismo cultural, que é estrutural. Esse contexto também é potencializado pelo consumo de bebidas. Dessa forma, o nosso projeto visa atuar no início do ciclo da violência, quando a mulher vem ao poder judiciário requerer medidas protetivas. Nesse momento, o projeto visa educar, trabalhar com o agressor para que ele cesse essa agressão e para que não evolua para um caso de feminicídio ou estupro de vulnerável”, relatou.

Homenagem

O projeto foi nomeado “Luana” para homenagear uma vítima de feminicídio cometido em maio deste ano, na zona rural de Carai. Luana de 18 anos, foi assassinada pelo companheiro após ser colocada em cárcere privado por 15 dias, espancada e estuprada. O fato gerou grande sensibilização da comunidade local, de profissionais da saúde e da segurança pública.

O agressor foi denunciado pelo MPMG por cárcere privado, com três majorantes, por homicídio, com quatro qualificadoras, e por estupro. O processo está em fase de instrução. *(Com informações do MPMG)*

STF invalida lei cearense que limitava o orçamento do Ministério Público estadual para 2021

Foto: STF



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional trecho de dispositivo de lei do Estado do Ceará que limitava o orçamento do Ministério Público estadual para 2021. Em julgamento encerrado em 14/9, a Corte, por unanimidade, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6594, proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

O parágrafo 5º do artigo 69 da Lei estadual 17.278/2020 previa que as despesas da folha complementar do Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) não poderiam exceder a 1% do gasto anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o ano.

Autonomia financeira

O colegiado acompanhou integralmente o voto do relator, ministro Edson

Fachin, e assentou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não pode impor limites às despesas de folha complementar do Ministério Público sem que este tenha podido contribuir para a elaboração do diploma normativo.

Segundo o ministro, a Constituição da República assegurou ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa e, também, financeira, ao prever que o órgão

elabore sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO. “A autonomia financeira protege o órgão de ingerências estranhas à lógica constitucional de sua atuação”, assinalou. Na avaliação do relator, a autonomia concedida aos tribunais no artigo 99, parágrafo 1º, da Constituição deve ser estendida, por analogia, ao Ministério Público. (*Portal do STF*)

"A função de Promotor de Justiça permite que atuemos com independência em prol dos interesses da sociedade"



Daniel Ribeiro Costa – Promotor de Justiça e coordenador do CAOET e Regional de Defesa do Patrimônio Público de Varginha.

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal.

Nasci na cidade de Belo Horizonte, onde vivi toda a minha infância e adolescência. Minha formação escolar foi no Colégio Imaculada Conceição, tendo ingressado no Curso de Direito no ano de 2001, na Universidade Federal de Minas Gerais, na qual me formei em 2006. Em 2007 assumi o cargo de Procurador Federal (AGU), no qual permaneci até assumir como Promotor de Justiça em março de 2011. Em 2016, tive a oportunidade de retornar aos bancos da faculdade, concluindo o mestrado em processo penal na UFMG em 2018.

2) O que o motivou a se tornar Promotor de Justiça? Poderia discorrer

sobre sua carreira?

A escolha da carreira de Promotor de Justiça tem duas grandes inspirações. A primeira, familiar, já que meu pai integrou o Ministério Público Federal e meu irmão, atualmente, também é membro do MPF. A segunda, vocacional. A função de Promotor de Justiça permite que atuemos com independência em prol dos interesses da sociedade, buscando sempre aquilo que acreditamos ser o mais correto, o que me motiva. Para se desincumbir dessa missão, procuro atuar com coragem e muita dedicação, mas também muita responsabilidade para evitar injustiças.

No Ministério Público assumi as funções na Comarca de Santa Maria do Suaçuí, como Promotor substituto, tendo trabalhado nessa condição nas Comarcas de Campestre e Poços de Caldas. Em 2014, assumi como titular na Promotoria de Nepomuceno. Em 2017, me removi para a Comarca de Elói Mendes e, em 2015, passei a integrar o GAECO Varginha. Atualmente, ocupo o cargo de Coordenador do CAOET Varginha e Coordenador Regional do Patrimônio Público de Varginha.

3) Quais experiências de atuação frente do CAOET Varginha o senhor poderia destacar?

Desde que assumi

as funções no CAOET Varginha, em março de 2021, destaco duas investigações realizadas.

A Operação Mercador de Ilusões, na qual foram investigados golpes praticados por uma organização criminosa por intermédio da oferta de serviços de custódia e administração de criptoativos (Bitcoins). Essa investigação demonstrou a necessidade constante das pessoas serem vigilantes com as promessas de milagres financeiros, sempre ligadas a ganhos exorbitantes e rápidos. Não raro se trata de estratégia usada para atrair vítimas que podem perder todas as suas economias em golpes como esse. Além disso, pelo ineditismo do tema, essa investigação bem representa o desafio que se coloca aos membros do Ministério Público atualmente, que devem constantemente se atualizar e preparar para as mudanças sociais que a cada dia se colocam nas nossas vidas. Foi oferecida denúncia pela prática de crime de estelionato e lavagem de dinheiro, mas as investigações ainda prosseguem.

Destaco, ainda, a Operação Sinergia, que investiga fraudes estruturadas voltadas à sonegação fiscal no mercado de metais e sucata. A sonegação tributária nesse setor alcança valores milionários, fruto, essencialmente, da utilização

de empresas fantasmas para forjar o repasse de créditos tributários frios para outras que efetivamente se inserem em tal mercado. Com isso, os valores devidos em virtude da circulação das mercadorias acabam sendo compensados com os créditos frios, em detrimento da arrecadação tributária de ICMS do Estado de Minas Gerais. As investigações ainda estão em curso.

4) O senhor faz ou já fez uso de algum serviço da AMMP?

Uso o plano de saúde oferecido pela AMMP. Além disso, com a pandemia, a quantidade de cursos de aperfeiçoamento e o acesso remoto permitiu um maior aproveitamento de tais serviços, especialmente para os associados que moram no interior. Também fiz uso da recente consultoria disponibilizada aos membros acerca da migração previdenciária.

5) O que gosta de fazer em momentos de lazer? Qual filme e livro prediletos?

Nos momentos de lazer procuro atividades que me ajudam a desligar dos assuntos de trabalho. Gosto de viajar, praticar esportes e brincar com minhas filhas.

Gosto de ler livros de literatura, especialmente Guimarães Rosa.

O último filme que assisti e gostei muito foi "Milagre na Cela 7".

Chás das 3



Os aposentados e pensionistas da AMMP foram recebidos na sede para celebrar mais um Chá das 3. Na ocasião, foram homenageados os que fazem aniversário em outubro: **Ciro Freire Dayrell, Edelweiss Carvalho, Dilly Costa, Hamilton de Magalhães Sobrinho, Marilda Azevedo Batista da Rocha, Marilda Marzinetti França, Natan Antônio Brandão e Rosane**

Graziosi.

A vice-presidente Larissa Rodrigues Amaral também participou do evento, agradeceu a presença de todos e reforçou, junto aos associados, o conteúdo do ofício encaminhado à classe no dia 1º de outubro, sobre a alteração das contas bancárias para recebimento do pagamento mensal.

O documento esclareceu que: "a partir de dezembro de 2021, os membros ativos e inativos do MPMG e pensionistas passarão a receber seu pagamento mensal através do Banco Itaú, instituição financeira para a qual foi migrada a folha de pagamento do MPMG."

No mês das crianças, a AMMP levou alegria a mais de 50 jovens em situação de vulnerabilidade



Em um ano marcado pela necessidade de solidariedade, a AMMP, como de praxe, realizou sua tradicional campanha de Dia das Crianças. Para tentar atender ao maior número possível de crianças de diferentes regiões, desta vez foram 3 instituições contempladas: **Associação Irmão Sol; Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus e Projeto Social Batista Regular.** Dessas instituições, 58 crianças ganharam brinquedos, salgadinhos, balas e chocolates.

Além do brinquedo, as guloseimas também fizeram parte dos kits de presentes já que muitas das crianças assistidas pouco tiveram acesso a esse tipo de lanche.

A AMMP agradece aos associados que ajudaram com cotas de 60 reais para a compra dos kits. A ajuda foi fundamental para fazer a felicidade dos pequenos neste dia das crianças.

Para ajudar essas crianças em qualquer época do ano, entre em contato com as respectivas instituições:

Associação Irmão Sol – Página no Facebook (associacaoirmaosol)

Telefone: (31) 3272-3037

Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus - Site oficial

Telefone: (31) 3444 - 7222

Projeto Social Batista Regular – Telefone: (31) 3879-0905

O câncer de mama

O câncer de mama é hoje um relevante problema de saúde pública. É a neoplasia maligna mais incidente em mulheres na maior parte do mundo. De acordo com as últimas estatísticas mundiais do Globocan 2018 (BRAY, 2018), foram estimados 2,1 milhões de casos novos de câncer e 627 mil óbitos pela doença.

Em 2016, ocorreram 16.069 mortes de mulheres por câncer de mama no país. Apesar de as estimativas de sobrevivência em cinco anos mostrarem uma tendência de aumento em países desenvolvidos, ainda se observa uma grande disparidade global.

Fatores relacionados ao conhecimento da doença e às dificuldades de acesso das mulheres aos métodos diagnósticos e ao tratamento adequado e oportuno resultam na chegada das pacientes em estágios mais avançados do câncer de mama, piorando o prognóstico.

Atualmente, o diagnóstico, o tratamento local e o tratamento sistêmico para o câncer de mama estão sendo aprimorados de forma rápida, em razão de um melhor conhecimento da história natural da doença e das características moleculares dos tumores. Nesse cenário, o planejamento de estratégias de controle do câncer de mama por meio da detecção precoce é fundamental e o tratamento iniciado rapidamente, maior a probabilidade de cura.

Por esse motivo, várias ações vêm sendo implementadas para diagnosticar o câncer nos estágios iniciais. Entretanto, em razão da individualização

orgânica e da extrema heterogeneidade tumoral associada à presença de fatores de risco conhecidos e não conhecidos, o câncer de mama é considerado uma doença de comportamento dinâmico, em constante transformação.

Existe uma grande variedade de tipos histológicos e moleculares de carcinomas de mama in situ e invasor. O tipo histológico invasor mais comum é o carcinoma ductal infiltrante não especificado, que representa de 70 a 80% de todos os tumores de mama, seguido pelo carcinoma lobular infiltrante, com cerca de 5 a 15%, e pelos outros tipos histológicos (LAKHANI, 2012).

O estadiamento clínico anatômico, conforme a sétima edição do TNM – Classificação de Tumores Malignos (UICC, 2012), define a extensão da doença segundo o tamanho do tumor, a presença ou não de linfonodos axilares homolaterais comprometidos e a presença de doença fora da mama.

Uma vez atribuído o estadiamento conforme o TNM, é possível agrupá-los em estágios que variam de 0 a IV, sendo 0 a classificação referente ao carcinoma de mama in situ, I o estágio mais inicial e o IV o mais avançado dos carcinomas invasivos (EDGE et al., 2010).

A avaliação do padrão molecular do tumor também é de extrema importância, porque prediz a resposta a terapias específicas e o prognóstico da doença. Pode ser realizada por imunohistoquímica, que quantifica os receptores de estrogênio (RE) e de progesterona (RP)

e o receptor tipo 2 do fator de crescimento epidérmico humano (HER2), ou por microarranjo, que classifica os tumores em subtipos moleculares, de acordo com sua expressão gênica, em Luminal (A e B), HER e Basal-Like, com implicações clínicas e prognósticas diferentes (SORLIE et al., 2001).

A escolha da melhor associação das terapias leva em consideração o estadiamento clínico anatômico e/ou patológico, o tipo histológico, a presença de RE e RP, a superexpressão do HER2 no tumor e o estado de saúde da paciente (COATES, 2015; NCCN, 2018).

A observação do fato de que, em algumas famílias, a ocorrência de muitos casos de câncer de mama e ovário aumentavam as chances de desenvolvimento da doença nas gerações subsequentes levou os pesquisadores a estudar a possibilidade de haver herança genética envolvida no processo (ANDERSON, 1992).

Em pacientes jovens, na pré-menopausa, possíveis questões sobre fertilidade e opções de manutenção da fertilidade devem ser discutidas antes do início da terapia. O tratamento do câncer de mama classifica-se como sistêmico, quando se utilizam quimioterapia, hormonioterapia e/ou terapia-alvo molecular e local; cirúrgico, radical ou conservador; e radioterápico (NCCN, 2018). Quando realizado antes da cirurgia curativa, o tratamento sistêmico é chamado de neoadjuvante e tem por objetivo eliminar possíveis

micrometástases, que são células que escapam da mama para outros lugares do corpo, reduzir o tamanho do tumor para facilitar a realização da cirurgia da mama, aumentar as possibilidades de tratamento cirúrgico conservador da mama e avaliar in vivo a sensibilidade do tumor ao tratamento sistêmico.

As cirurgias podem ser conservadoras, quando apenas uma parte da mama é retirada, ou radicais, quando toda a mama é retirada, sendo possível realizar, posteriormente, a reconstrução mamária. Após a cirurgia curativa, o tratamento adjuvante sistêmico e/ou local também tem por objetivo eliminar possíveis micrometástases.

A radioterapia, quando indicada, é realizada após o procedimento cirúrgico. Por último, o tratamento paliativo é realizado em pacientes com metástases, visando à melhoria da qualidade de vida.

Na década de 1970, foi descoberta a primeira droga-alvo em câncer de mama, um inibidor seletivo do RE, conhecido como tamoxifeno, utilizado exclusivamente para pacientes com carcinoma de mama RE e/ou RP positivos (KIANG; KENNEDY, 1977). Posteriormente, outras drogas de ação anti-hormonal foram desenvolvidas e podem ser utilizadas em todos os cenários do tratamento do câncer de mama, dependendo do status da menopausa (MOURIDSEN et al., 2001).

FONTE: Ministério da saúde Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)- 2019

Torneio da amizade



No dia 2 de outubro, a AMMP promoveu o Torneio de Futebol da Amizade, disputado entre os Promotores e Procuradores de Justiça e os funcionários da AMMP.

A competição foi dividida em chave única, com quatro equipes. A classificação final:

- 1) Equipe MPMG
- 2) Funcionários da AMMP
- 3) Atletas do transporte
- 4) Atletas da manutenção

Associados aceleram em kartódromo



No dia 25 de setembro, a AMMP promoveu a Copa Kart, em no kartódromo RBC Racing, em Vespasiano.

A bateria contou com 14 pilotos no grid de largada. O pódio foi composto por:

- 1º Lugar Odélio Bento da Silva Júnior
- 2º Lugar Igor Peixoto Marques
- 3º Lugar André Tonidandel

AMMP na quadra



A AMMP promoveu, nos dias 23 e 24 de outubro, o Torneio de Tênis, no Pampulha Tênis, em Belo Horizonte.

A competição foi dividida em três categorias e os campeões foram:

Ouro

1º Igor Pereira de Paula Costa
2º Carlos Eduardo Avanzi de Almeida

Prata

1º Henrique Nogueira Macedo
2º Emerson Salomão

Feminino

1º Gisele Stela Martins Araújo
2º Daniza Maria Haye Biazevic



Eleições AMMP – biênio 2022/2024

Eleições AMMP dia 18/11/2021, de 9 às 18h, na sede.

Voto remetido pelo correio será apurado se chegar na sede da AMMP até as 18 horas do dia 18/11/2021.

Comissão Eleitoral